



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Ata Número Cinquenta e Oito**-----

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista.-----

----- Às onze horas e quarenta e dois minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Preparação da 124ª reunião da AML (doc 1)-----

2. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 2)-----

3. Ajustamento do calendário-----

4. Outros assuntos-----

**Ponto 1 - Preparação da 124ª reunião da AML (doc 1)**-----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinha agendado a proposta nº 605/CM/2016, referente à contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento, a pedido do Senhor Vereador das Finanças. Explicou que aquela proposta tinha de ir ao Tribunal de Contas.-----

----- Mencionou que a Proposta nº 440/CM/2016 já tinha dado entrada há algum tempo, mas, justificou, como tinha vindo incompleta, acabara por demorar um pouco mais.-----

----- Referiu que tinham as Declarações Políticas e acrescentou que a sessão da semana seguinte iria ser densa.-----

**Ponto 2 - Lista de matérias e propostas pendentes (doc 2);**-----

----- **A Senhora Presidente** lembrou, relativamente àquele ponto, que já não era competência daquela Assembleia aprovar os planos e os orçamentos das Empresas Municipais. Salientou que no entanto a Câmara tinha, em alguns casos, juntado à Proposta de plano e orçamento da empresa, um Contrato-programa e, recordou que os Contratos-programa tinham de ir àquela Assembleia.-----

----- Resumiu que tinham para ver a Proposta 541/CM/2016, referente à Primeira adenda ao Contrato-Programa com a GEBALIS, e revelou que não tinha a certeza se a 1ª Comissão iria conseguir terminar a tempo. Explicou que a 1ª Comissão ainda não tinha ouvido a Senhora Vereadora, que tinha estado fora.-----

----- Mencionou que a Proposta nº 598/CM/2016 tinha o Plano de Atividades e Orçamento da EGEAC, que não era competência daquela Assembleia, mas que tinha, também, o Contrato-programa 2017, que já era da competência daquela Assembleia e que estava a ser apreciado pela 1ª e pela 7ª Comissões Permanentes.-----



----- Referiu que a Proposta nº 599/CM/2016, referente à SRU Ocidental, era a mesma coisa, também tinha o Contrato-Programa.-----

----- Disse que a Proposta nº 600/CM/2016 tinha as Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e as Tabelas de Taxas Municipais. Expôs que tinha pedido, em relação àquela Proposta, que todos os partidos sem assento na 1ª Comissão fossem convocados para ouvir o Senhor Vereador e para a apreciação do Parecer.-----

----- Acrescentou que ainda tinham a parte fiscal e que não existiam grandes novidades em relação àquele ponto. Adiantou que apenas se registava uma alteração no IMI.-----

----- Mencionou que ainda tinham a Proposta nº 606/CM/2016 referente ao 1º aditamento ao Contrato-programa celebrado em 2015 com a Lisboa Ocidental, SRU. Explicou que tinha sido colocado à parte por se tratar de um Contrato-Programa plurianual e que se tratava apenas de um acerto de valores.-----

----- Transmitiu, relativamente à Proposta nº 607/CM/2016, alusiva ao aumento do Capital Social e a consequente alteração aos estatutos da EMEL, que poderia não estar pronto. Salientou que estavam a fazer um esforço para que ficasse tudo pronto. Solicitou que aquelas matérias, com Contratos-programa, fossem enviadas mais cedo no ano seguinte.-----

----- Explicou que desde que o Vereador João Paulo Saraiva tinha assumido aquela matéria, as contas e os orçamentos vinham consolidados e que os valores, espelhados no Orçamento que iriam apreciar através da Proposta nº 600/CM/2016, eram os mesmos que se encontravam naqueles Contratos-programa e, por isso, estavam todos para o mesmo dia.-----

----- Frisou que aquela Assembleia estava a fazer um esforço enorme para conseguir apreciar aquelas propostas todas até à sessão. Acentuou que a única que não conseguia garantir era a Proposta nº 541/CM/2016. Fez saber que se não conseguissem terminar aquela Proposta, a votação da Proposta nº 600/CM/2016 teria de ficar condicionada à aprovação da Proposta nº 541/CM/2016.-----

----- Fez saber que existiam uma série de petições e que apenas iriam agendar aquelas que tinham duzentas e cinquenta, ou mais, assinaturas. Referiu que existiam uma série de petições que não cumpriam aquele requisito mas que convinha que as Comissões as fechassem antes do final do ano, e, disse que iria promover uma reunião com os Senhores Presidentes de Comissão naquele sentido.-----

----- Esclareceu que a Petição nº 6/2016 ainda não tinha sido agendada porque tinham pensado em agendar aquela petição com o debate da habitação, que, entretanto, acabara por não se realizar. Considerou que já podiam avançar com aquela petição e pediu à Senhora Deputada Margarida Saavedra para transmitir aquela informação junto da 3ª Comissão.-----

----- Relativamente à Petição nº 9, referente à demolição da Vila Martel, lembrou que, embora o Senhor Vereador já tivesse esclarecido aquele assunto na sessão com perguntas à Câmara, tinham de dar uma resposta à petição. Mencionou que se encontrava na 3ª e na 7ª Comissões para apreciação.-----

----- Referiu que os prazos das Petições nºs 13 e 14 já tinham terminado, que o prazo da Petição nº 15 terminava naquele dia e que a Petição nº 16, referente à construção de uma



nova mesquita em Lisboa, não precisava de ir a Assembleia Municipal. Resumiu que se tratava de uma Petição, com cento e nove assinaturas, que tinha sido dirigida à Assembleia da República tendo a Assembleia decidido que não podia tomar decisões ligadas à autonomia do poder local e que tinha baixado àquela Assembleia para apreciação. -----

----- Apontou que tinham para agendar, ou reagendar, a Proposta nº 491/CM/2016, referente à Alteração simplificada do PDM, a Proposta nº 492/CM/2016 referente ao Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa, a Proposta nº 537/CM/2016 referente a uma Alteração aos estatutos da GEBALIS e a Proposta nº 608/CM/2016 referente à Repartição de encargos do Financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico. -----

----- Propôs um critério em relação aos debates temáticos. Mencionou que a 4ª Comissão ainda não tinha enviado o relatório final do Debate Temático sobre o “Parque Florestal de Monsanto”, que o Debate da “Economia na cidade e o trabalho” estava a ser feito, e, sugeriu que não se marcassem mais debates enquanto não se fechassem aqueles que se encontravam em aberto. Apelou à conclusão dos relatórios para que se pudessem agendar novos debates. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar** indagou se se iriam realizar os debates subordinados aos temas “Habitação em Lisboa” e “Turismo e alojamento local”. -

----- **A Senhora Presidente** disse que se tinha falado sobre o “Turismo e alojamento local” mas que ninguém tinha feito nenhuma proposta e que a única proposta que existia era sobre o debate da “Habitação em Lisboa”. -----

----- Salientou que a semana seguinte iria ser muito intensa, que iriam ter imensas sessões.

----- Explicou que o Núcleo de Apoio às Comissões tinha tido, devido às férias de uma funcionária, imensa dificuldade em fazer face àquele volume de trabalho. Pediu desculpa a todos os Senhores Deputados e, em particular, aos Senhores Presidentes de Junta. Fez saber que tinham tido uma reunião com o GAAM no sentido de reforçar o NAC naquela fase e que a funcionária também já tinha regressado de férias. -----

----- Mencionou que as propostas da Câmara eram colocadas no *site* na altura em que eram agendadas e, explicou, que aquele procedimento era difícil porque existiam propostas que traziam muitos anexos, que se tinha de verificar se tinham vindo os anexos todos e que aquela verificação completa, da proposta e dos seus anexos, era feita por si e pelo seu Gabinete quando a proposta era agendada. -----

----- Transmitiu que, por solicitação de alguém, iriam antecipar aquele processo e que as propostas iriam começar a ser verificadas e colocadas no *site* assim que chegassem à Assembleia. -----

----- Esclareceu que assim o NAC, ao invés de enviar aqueles ficheiros todos, iria remeter diretamente para o *site*. -----

----- Expôs que também se tinha combinado distribuir a versão em papel das propostas na altura em que entravam e não apenas na altura em que eram agendadas. -----

----- Solicitou que informassem o seu Gabinete caso detetassem erros no *site*. -----

**Ponto 3. Ajustamento do calendário** -----



----- **A Senhora Presidente** disse, relativamente àquele ponto, que no dia vinte e nove não podia haver reunião. Explicou que como os Reis de Espanha se encontravam em Portugal e a Câmara não iria poder estar presente naquela reunião. -----

----- Constatou que estavam agendadas reuniões nos dias seis, treze e vinte de dezembro. Comentou que a reunião do dia vinte, na semana de Natal, poderia não ser muito oportuna. Sugeriu que se agendasse no dia doze de dezembro, uma segunda-feira, às dezoito horas, uma sessão extraordinária comemorativa dos 40 anos do Poder Local Democrático. Expôs que ainda estava à espera da resposta da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a quem tinha pedido ajuda na organização daquela sessão, e que estava a ver se conseguia garantir a presença do Senhor Dr. Pedro Magalhães, o responsável pela área de investigação de poder local na, em acima mencionada, Fundação. -----

----- Adiantou que a Fundação se tinha revelado interessada em realizar um trabalho sobre o papel das Assembleias Municipais. -----

----- Realçou que, ao nível das assembleias Municipais, Lisboa era muito diferente das outras. Explicou que a maior parte das assembleias municipais não tinham apoios técnicos e que, ao contrário daquilo que acontecia na assembleia da República, que, destacou, era um Órgão de Soberania que tinha um orçamento autónomo, independente do Governo, as assembleias municipais dependiam das autarquias. Considerou que aquele assunto deveria ser discutido. Focou que existia um desequilíbrio entre aquilo que estava previsto na Lei aquilo que acontecia na prática. -----

----- Solicitou que se alguém se lembrasse de outros nomes, para além do Dr. Pedro Magalhães, lhe transmitissem. -----

----- Sintetizou que, se estivessem todos de acordo, se poderia agendar uma sessão extraordinária no dia doze de dezembro para as comemorações dos 40 anos do Poder Local. -----

----- Pediu que transmitissem ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro que a última sessão daquele ano se iria realizar no dia treze. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** sugeriu que a sessão do dia doze fosse apenas para as comemorações dos 40 anos Poder Local. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar** revelou que estava completamente de acordo com o Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Presidente** revelou que, se não existissem inconvenientes, se pretendia inscrever para falar, para dar o seu testemunho uma vez que também tinha sido eleita há quarenta anos atrás. -----

----- Acrescentou que estavam a pensar fazer, na sessão do dia treze, e à semelhança daquilo que tinham feito no ano anterior, um lanche de Natal. -----

----- Resumiu que o debate temático da habitação só seria agendado depois de os outros estarem fechados, que dia vinte e nove de novembro não iriam ter sessão, que dia seis de dezembro iriam ter a continuação da sessão ordinária de novembro, dia doze teriam as comemorações dos 40 anos do Poder Local e dia treze uma sessão extraordinária. -----

----- Questionou o Dr. Paulo Braga, Coordenador do NUGEF, sobre a exposição que estavam a preparar. -----



----- **O Dr. Paulo Braga** esclareceu que estavam a preparar, em conjunto com a Hemeroteca de Lisboa, uma exposição com as capas dos jornais alusivas às primeiras eleições autárquicas e que, a breve trecho, poderiam apresentar à Senhora Presidente uma síntese.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que não tinha conseguido arranjar ninguém que lhe fizesse o trabalho da RTP.-----

**Ponto 4. Outros assuntos**-----

----- **A Senhora residente** referiu que na sequência da reunião da semana anterior tinha estado a verificar a documentação que se encontrava no *site* referente à questão da Fontes Pereira de Melo e que, efetivamente, o Parecer da 3ª Comissão, no âmbito do Inquérito, era mais amplo do aquilo que era referido no Inquérito.-----

----- Expôs que, depois da observação da Senhora Deputada Margarida Saavedra, na sessão anterior, tentara perceber o que é que tinha acontecido, que tentara perceber porque é que o âmbito tinha sido restringido.-----

----- Fez saber que tinha pedido o processo do inquérito, completo, e que o processo estava a caminho.-----

----- Revelou que o Senhor Presidente da 3ª Comissão também queria ver o processo. Comentou que apenas tinha uma informação oral dos Senhores Vereadores Manuel Salgado e João Paulo Saraiva. Esclareceu que o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha recebido aqueles documentos e tinha, por se tratar de recursos humanos, enviado para o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que, por sua vez, tinha feito as diligências junto da IGAMAOT e que ambos tinham referenciado o Parecer da 3ª Comissão na íntegra.-----

----- Disse que tinham de analisar o Inquérito para perceber se o erro tinha sido da Autarquia ou se a IGAMAOT tinha interpretado o Parecer de forma mais restrita.-----

----- Salientou que a IGAMAOT tinha competências de fiscalização e que, por definição, os serviços inspetivos tinham uma autonomia total. Sublinhou que tinham de esperar pelo relatório.-----

----- Comunicou, relativamente a outros assuntos relevantes, que havia um relatório muito importante do Primeiro-Secretário Metropolitano, que já estava no *site*, sobre a aplicação dos Fundos Europeus, sobre o impacto na Área Metropolitana de Lisboa e, num contexto mais vasto, na Grande Lisboa.-----

----- Resumiu que o autor concluía, no seu relatório, que aqueles instrumentos não estavam a contribuir para o aumento da coesão territorial daquela zona do País, sugeria uma reprogramação do “Portugal 2020” e apontava a zona da Península de Setúbal como a mais prejudicada.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** indagou se a Comissão poderia chamar o Senhor Primeiro Secretário do Metropolitano.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que costumavam chamá-lo ao Plenário mas que seria muito interessante ir à Comissão prestar explicações.-----

----- Relativamente ao Relatório Semestral Junho de 2016, lembrou que a Lei das Finanças Locais dizia que competia ao auditor externo, responsável pela certificação legal de contas do município, remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira.-----



----- Transmitiu que o referido Relatório já tinha sido enviado pela Autarquia e que já se encontrava no *site*.-----

----- Questionou, uma vez que o Relatório não carecia da aprovação daquela Assembleia, se deveria ser analisado pela 1ª Comissão, não se tendo verificado nenhuma manifestação naquele sentido.-----

----- Fez saber que também tinha a resposta da Autarquia aos requerimentos sobre a empreitada 2ª Circular e que iria colocar no Núcleo de Apoio às Comissões.-----

----- Mencionou que seria a 5ª Comissão a acompanhar aquele assunto e que se alguma das outras comissões pretendesse acompanhar aquela matéria teria de o solicitar à Senhora Presidente para dar um despacho naquele sentido.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra** referiu que tinha a ideia de ter sido acordado, em Conferência de Representantes, que a empreitada da 2ª Circular iria baixar, também, à 3ª e à 8ª Comissões Permanentes.-----

----- Perguntou se tinha existido alguma regressão.-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que não tinha existido regressão porque também não tinha havido nenhuma decisão. Lembrou que o encaminhamento das propostas era da competência da Senhora Presidente e que aquilo que tinha dito era que ia ouvir a Conferência de Representantes para depois fazer o encaminhamento.-----

----- Revelou que não tinha dificuldade em ter três comissões a seguir aquele assunto mas, acentuou, tinha de haver uma comissão liderante, que, naquele caso, era a 5ª Comissão. Reforçou que as outras comissões se poderiam associar ao trabalho da 5ª Comissão e que se entendessem fazer um parecer conjunto, tinham o pleno direito de o fazer.-----

----- Realçou que, por uma questão de princípio, tinha de encaminhar aquele assunto a quem tinha competência própria.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** disse que, tal como a Senhora Deputada Margarida Saavedra, também tinha ficado com a clara impressão de que a 8ª Comissão iria tratar daquele assunto.-----

----- Revelou que não conseguia perceber porque é que, tratando-se da 2ª Circular, a 8ª Comissão, a Comissão de Mobilidade e Segurança, não estava a liderar aquela matéria.---

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** expôs que tinha ficado com a ideia de que aquele assunto seria liderado pela 3ª Comissão e que iria à 5ª e à 8ª Comissão.-----

----- Salientou que aquele assunto era transversal a todas as forças políticas naquela Assembleia e que o Grupo Municipal do MPT não tinha assento em nenhuma daquelas Comissões. Desejou, uma vez que não se tinha criado a comissão eventual, que todas as forças políticas pudessem estar representadas nas reuniões para discussão daquele assunto.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra** solicitou que, se a Senhora Presidente entendesse enviar aquele assunto, exclusivamente, à 5ª Comissão, ficasse escrito em ata que não era uma decisão unânime da Mesa e que na sua opinião deveria de ir para a 3ª Comissão.-----

----- Reiterou a sua discordância em relação àquele assunto e lembrou que a 3ª Comissão tinha analisado a questão da 2ª Circular em vários plenários.-----



----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** repetiu que a 3ª Comissão tinha ganho muito tempo com aquela discussão e, havendo interesse de outras comissões que não a 5ª, que não deveria ser a Conferência de Representantes a criar obstáculos à realização daquela discussão. -----

----- Frisou que a 3ª Comissão já tinha manifestado o seu interesse em realizar aquela discussão e em aprofundar o tema e que não deveriam impedir a realização da discussão.--

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar** realçou que estavam perante uma disseminação de sentidos. -----

----- Revelou que concordava com aquilo que a Senhora Presidente tinha dito. Lembrou que se encontravam num ponto diferente do ponto de partida, lembrou que não estavam no início da discussão mas sim no final da mesma. -----

----- Realçou que a decisão era da Senhora Presidente, que não lhes competia aquela decisão, e, salientou que eram um órgão consultivo ao qual se podiam associar todas as Comissões e todos os Deputados que quisessem debater aquele assunto. -----

----- Enfatizou que qualquer Comissão poderia, sem dúvida, associar-se à 5ª Comissão que iria, naturalmente, liderar o processo naquela fase. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que, no seu entendimento, o encaminhamento das propostas era uma competência sua. -----

----- Apontou que as obras municipais eram do âmbito da 5ª Comissão e que aquele processo também tinha implicações com a organização territorial da Cidade e com a mobilidade. -----

----- Fez saber que iria mandar baixar à 5ª comissão, com o conhecimento dos presidentes da 3ª e da 8ª Comissões Permanentes, sugerindo reuniões conjuntas com 5ª Comissão, para acompanhamento do processo. Disse que o envio do Parecer, que poderia ser conjunto, era responsabilidade da 5ª Comissão. -----

----- Referiu que não se podia sobrepor às Comissões e que as Comissões é que teriam de decidir se o Parecer seria conjunto. -----

----- Repetiu que, por uma questão de respeito institucional, pela função de cada uma das comissões, tinha de enviar aquele processo à 5ª Comissão porque era a 5ª Comissão que tinha a competência das obras municipais. -----

----- Revelou que compreendia os argumentos apresentados, que compreendia que as outras Comissões tinham muito interesse naquela matéria e que até já tinham despendido muito tempo naquele assunto. -----

----- Resumiu que iria baixar à 5ª Comissão, com conhecimento à 3ª e à 8ª Comissões. Disse que a 3ª e a 8ª iriam ser convidadas a acompanhar o processo e a reunir em conjunto com a 5ª e que depois poderiam optar por um parecer conjunto ou por iniciativas autónomas. -----

----- Reiterou que as Comissões eram soberanas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** propôs que os Grupos Municipais sem assento na 5ª Comissão também fossem convocados para as reuniões que viessem a existir sobre aquele assunto. -----

----- **A Senhora Presidente** concordou com a proposta do Senhor Deputado Vasco Santos e disse que iria tomar as devidas diligências naquele sentido. -----



----- Frisou que a documentação ficava à guarda do NAC. -----  
----- Partilhou que tinha acabado de receber, naquele preciso momento, o processo de Inquérito sobre o edifício na Av. Fontes Pereira de Mello. Disse que o ia analisar antes de o fazer baixar à 3ª Comissão e dar conhecimento à 1ª Comissão. Lembrou aquele processo tinha sido liderado pela 3ª Comissão e acompanhado pela 1ª. -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** falou das marcações, das desmarcações e mudanças de horários das reuniões de comissões. -----  
----- Especificou, realçando que o NAC era impecável, que na semana anterior uma reunião, que estava marcada para o final da tarde, havia sido remarcada para as 11h do mesmo dia. Apontou que, perante aquele cenário, era muito difícil, para quem não trabalhava a tempo inteiro na Assembleia, cumprir com os seus deveres perante as Comissões. -----  
----- Salientou que eram situações que interferiam com o bom trabalho, com a preparação para as reuniões e interferiam com a vida pessoal. -----  
----- **A Senhora Presidente** deu razão ao Senhor Deputado e reiterou, em nome do GAAM, do NAC e em seu nome também, o pedido de desculpas que tinha apresentado no início daquela reunião. -----  
----- Rememorou que tinha começado por dizer, no início daquela Conferência, que tinham tido dificuldades porque aquele aumento, atípico, do volume de trabalho tinha coincidido com as férias da Senhora Eneida, funcionária do NAC. -----  
----- Repetiu que já tinha acordado com a Dra. Cidália Marques, Chefe de Gabinete do GAAM, reforçar o NAC. -----  
----- Salientou que para além de aumento de volume de trabalho e das férias da Senhora Eneida, o Senhor Coordenador do NAC, o Arquiteto Pedro Sanchez, tinha tido muitas dificuldades em conciliar com horários dos Senhores Vereadores e que não tinha sido nada fácil fazer aquele mapa de reuniões. -----  
----- Relembrou que o Regimento daquela Assembleia admitia a possibilidade de chamar, de dois em dois meses, em todas as reuniões ordinárias, todos os Vereadores para prestarem contas às Comissões. -----  
----- Lembrou que a sessão do dia seguinte era de Declarações Políticas. -----  
----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----  
1. Preparação da 124ª reunião da AML (doc 1)-----  
2. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 2) -----  
3. Ajustamento do calendário -----  
4. Outros assuntos-----  
----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas doze horas e vinte e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente \_\_\_\_\_





O Primeiro Secretário\_\_\_\_\_

A Segunda Secretária\_\_\_\_\_